

TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR

Edital 05/2025	
Título e Código do Projeto	UNESCO 914BRZ1115 - Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para monitoramento e avaliação da implementação de políticas públicas educacionais frente às metas do Plano Nacional de Educação – PNE e do Plano de Ações Articuladas - PAR
Local(s) de Trabalho	<i>Brasília/DF</i>
Período do contrato:	<i>09 meses¹</i>
Número de vagas:	6 (seis)
Enquadramento no Prodop	Atividades 1.3.4 Propor aperfeiçoamento do sistema de implantação, controle e monitoramento das ações do PAR, garantindo eficiência e eficácia na aplicação dos recursos.

1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Em conjunto com o Ministério da Educação - MEC, o FNDE tem realizado o alinhamento estratégico de suas ações institucionais, programáticas e administrativas a fim de criar condições institucionais apropriadas à gestão das políticas do referido ministério, no contexto do Plano Nacional de Educação – PNE, Lei n. 13.005/2014, cujas diretrizes, metas e estratégias estão relacionadas com as atividades desenvolvidas na Diretoria de Gestão de Articulação de Programas e Projetos Educacionais (DIGAP). Dentre essas, destaca-se a meta 7, estratégia 7.5, que versa sobre o Plano de Ações Articuladas (PAR). O PAR é uma estratégia de assistência técnica e financeira que consiste em oferecer aos entes federados um instrumento de diagnóstico e planejamento de política educacional. Além do PAR, cabe salientar o relevante atendimento a projetos educacionais no âmbito do ensino superior, para universidades municipais e estaduais e, também, a órgãos sociais.

Com a implementação do PAR, a Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais (DIGAP) gerencia parcela significativa do orçamento do Governo Federal, disponibilizando iniciativas de infraestrutura física e recursos pedagógicos aos 26 estados, Distrito Federal e aos 5.565 municípios brasileiros, por meio de transferências voluntárias de recursos, além das emendas parlamentares, mediante geração de termos de compromisso e convênios entre o FNDE e os entes federativos, que totalizam cerca de 14 mil termos de compromisso em plena execução, contribuindo para a ampliação da oferta, permanência e melhoria das condições escolares e para o aprimoramento da qualidade da Educação Básica no Brasil.

Nesse contexto, a cooperação técnica visa trazer resultados concretos e mensuráveis no projeto específico, por meio da contratação de consultores individuais para elaboração de estudos acerca das ações sob a responsabilidade da DIGAP, e suas coordenações-gerais quanto aos dados executados de convênios e termos de compromisso, incluindo estudos e o aperfeiçoamento sistemático de ações e fluxos, acompanhamento, execução e prestação de contas dos instrumentos, de forma que assegurem a transparência e a plena aplicabilidade dos recursos orçamentários e financeiros previstos e repassados pelo FNDE, mediante comprovação da execução por parte dos entes federados. O resultado desses estudos visa a melhoria da execução e a respectiva prestação de

¹ O prazo máximo para encerrar o contrato será até 30/12/2025.

contas dos instrumentos pactuados, contribuindo para o cumprimento das metas relacionadas à educação básica do PNE 2014-2024.

Assim, entende-se pela necessidade de contratação de consultorias especializadas para o desenvolvimento de estudos e ações subsidiárias aos processos de avaliação, execução e prestação de contas dos Planos de Ações Articuladas, firmados no âmbito da Coordenação-Geral de Programas Especiais (CGPES), e ainda, na formulação de sistemáticas e mecanismos operacionais e gerenciais, no sentido de definir e elaborar instrumentos de acompanhamento da execução física e de prestação de contas, e assim, fortalecer as condições institucionais que envolvem o PAR, geridas pelo FNDE em conjunto com as Secretarias do MEC e os entes federados, no âmbito do PNE.

2 - ENQUADRAMENTO NO PRODOC

Resultado 1.3 Processos de planejamento, implantação, monitoramento e execução das ações de apoio e assistência técnica e financeira no contexto do Plano de Ações Articuladas, no âmbito da DIGAP, atualizados.

Atividade 1.3.4 Propor aperfeiçoamento do sistema de implantação, controle e monitoramento das ações do PAR, garantindo eficiência e eficácia na aplicação dos recursos.

3 - ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS PELOS CONSULTORES

Atividades comuns a todos os consultores, diferenciando-se por Estado no cronograma de entregas

Atividade 1: Realizar levantamento situacional das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e de termos de compromisso, nos sistemas institucionais de gestão de prestação de contas, considerando a divisão por estado indicada no cronograma de entregas;

Atividade 2: Identificar e organizar as informações acerca do monitoramento e cumprimento do objeto pactuado e das prestações de contas dos convênios e termos de compromisso apresentados pela COMAC/CGPES nos períodos e estados especificados;

Atividade 3: Avaliar os principais desafios enfrentados na execução dos convênios e termos de compromisso, identificando a situação, prazos e a viabilidade de resposta, quanto à licitude da execução do objeto pactuado, inclusive quanto a liberação de recursos financeiros no âmbito do PAR e do cumprimento das metas e objetivos.

Atividade 4: Sistematizar as avaliações em relatórios estruturados, garantindo que os achados sejam apresentados de forma clara e objetiva, visando promover a reparação de impropriedades, irregularidades ou inconsistências eventualmente detectadas na execução do objeto pactuado e no acompanhamento efetuado nos sistemas institucionais de gestão de prestação de contas.

Atividade 5: Apresentar instrumento para implantação de melhorias nos fluxos dos processos de prestação de contas do PAR e dos projetos educacionais e dos sistemas de gestão de prestação de contas.

4 - CRONOGRAMA DE ENTREGAS

Em todos os produtos o consultor deverá compartilhar, junto com cada documento técnico, as bases de dados produzidas para a sua elaboração.

Consultor nº 1 - Pará, Rio de Janeiro, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento técnico 01 , contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de outubro e novembro de 2024, especificamente dos Estados do Pará, Rio de Janeiro, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina e seus respectivos municípios, incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	45 dias
Documento técnico 02 , contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de dezembro/2024 e janeiro/2025 especificamente dos Estados do Pará, Rio de Janeiro, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina e seus respectivos municípios incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	100 dias
Documento técnico 03 , contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de fevereiro e março/2025 especificamente dos Estados do Pará, Rio de Janeiro, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina e seus respectivos municípios, incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	155 dias
Documento técnico 04 , contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de abril e maio/2025 especificamente dos Estados do Pará, Rio de Janeiro, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina e seus respectivos municípios, incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	210 dias
Documento técnico 05 , contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de junho e julho/2025 especificamente dos Estados do Pará, Rio de Janeiro, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina e seus respectivos municípios, incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	260 dias

*as datas serão contadas da assinatura do contrato.

Consultor nº 2 - Amapá, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Piauí

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento técnico 01 , contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de outubro e novembro de 2024 especificamente dos Estados do Amapá, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Piauí e seus respectivos municípios, incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	45 dias
Documento técnico 02 , contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de dezembro/2024 e janeiro/2025 especificamente dos Estados do Amapá, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Piauí e seus respectivos	100 dias

municípios, incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	
Documento técnico 03 , c contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de fevereiro e março/2025 especificamente dos Estados do Amapá, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Piauí e seus respectivos municípios, incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	155 dias
Documento técnico 04 , contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de abril e maio/2025 especificamente dos Estados do Amapá, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Piauí e seus respectivos municípios, incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	215 dias
Documento técnico 05 , contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de junho e julho/2025 especificamente dos Estados do Amapá, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Piauí e seus respectivos municípios, incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	260 dias

*as datas serão contadas da assinatura do contrato.

Consultor nº 3 - Amazonas, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Bahia

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento técnico 01 , contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de outubro e novembro de 2024 especificamente dos Estados do Amazonas, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Bahia e seus respectivos municípios, incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	45 dias
Documento técnico 02 , contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de dezembro/2024 e janeiro/2025 especificamente dos Estados do Amazonas, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Bahia e seus respectivos municípios, incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	100 dias
Documento técnico 03 , contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de fevereiro e março/2025 especificamente dos Estados do Amazonas, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Bahia e seus respectivos municípios, incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	155 dias
Documento técnico 04 , contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de abril e maio/2025 especificamente dos Estados do	215 dias

Amazonas, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Bahia e seus respectivos municípios, incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	
Documento técnico 05 , contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de junho e julho/2025 especificamente dos Estados do Amazonas, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Bahia e seus respectivos municípios, incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	260 dias

*as datas serão contadas da assinatura do contrato.

Consultor nº 4 - Goiás, Rio Grande do Norte, Sergipe, Acre e Paraná

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento técnico 01 , contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de outubro e novembro de 2024 especificamente dos Estados de Goiás, Rio Grande do Norte, Sergipe, Acre e Paraná e seus respectivos municípios, incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	45 dias
Documento técnico 02 , contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de dezembro/2024 e janeiro/2025 especificamente dos Estados de Goiás, Rio Grande do Norte, Sergipe, Acre e Paraná e seus respectivos municípios, incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	100 dias
Documento técnico 03 , contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de fevereiro e março de 2025 especificamente dos Estados de Goiás, Rio Grande do Norte, Sergipe, Acre e Paraná e seus respectivos municípios, incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	155 dias
Documento técnico 04 , contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de abril e maio de 2025 especificamente dos Estados de Goiás, Rio Grande do Norte, Sergipe, Acre e Paraná e seus respectivos municípios, incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	215 dias
Documento técnico 05 , contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de junho e julho de 2025 especificamente dos Estados de Goiás, Rio Grande do Norte, Sergipe, Acre e Paraná e seus respectivos municípios, incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	260 dias

*as datas serão contadas da assinatura do contrato.

Consultor nº 5 - Minas Gerais, Distrito Federal, Espírito Santo e Rondônia

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento técnico 01 , contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de outubro e novembro de 2024, especificamente dos Estados de Minas Gerais, Distrito Federal, Espírito Santo e Rondônia e seus respectivos municípios, incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	45 dias
Documento técnico 02 , contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de dezembro/2024 e janeiro/2025 especificamente dos Estados Minas Gerais, Distrito Federal, Espírito Santo e Rondônia e seus respectivos municípios, incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	100 dias
Documento técnico 03 contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de fevereiro e março de 2025 especificamente dos Estados de Minas Gerais, Distrito Federal, Espírito Santo e Rondônia e seus respectivos municípios, incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	155 dias
Documento técnico 04 , contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de abril e maio de 2025 especificamente dos Estados de Minas Gerais, Distrito Federal, Espírito Santo e Rondônia e seus respectivos municípios, incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	215 dias
Documento técnico 05 , contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de junho e julho de 2025 especificamente dos Estados de Minas Gerais, Distrito Federal, Espírito Santo e Rondônia e seus respectivos municípios, incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	260 dias

* as datas serão contadas da assinatura do contrato.

Consultor nº 6 - São Paulo, Ceará, Paraíba, Alagoas

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento técnico 01 , contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de outubro e novembro de 2024 especificamente dos Estados de São Paulo, Ceará, Paraíba, Alagoas e seus respectivos municípios, incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	45 dias
Documento técnico 02 , contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de dezembro/2024 e janeiro/2025 especificamente dos Estados de São Paulo, Ceará, Paraíba, Alagoas e seus respectivos municípios,	100 dias

incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	
Documento técnico 03 , contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de fevereiro e março de 2025 especificamente dos Estados de São Paulo, Ceará, Paraíba, Alagoas e seus respectivos municípios, incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	155 dias
Documento técnico 04 contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de abril e maio de 2025 especificamente dos Estados de São Paulo, Ceará, Paraíba, Alagoas e seus respectivos municípios, incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	215 dias
Documento técnico 05 , contendo estudo avaliativo das demandas de monitoramento da execução do objeto pactuado e das prestações de contas de convênios e termos de compromisso, apresentadas pela COMAC/CGPES referentes aos meses de junho e julho de 2025 especificamente dos Estados de São Paulo, Ceará, Paraíba, Alagoas e seus respectivos municípios, incluindo recomendação de medidas para aprimorar o monitoramento e a prestação de contas.	260 dias

*as datas serão contadas da assinatura do contrato.

5 - INSUMOS

Aos consultores será dado o apoio e material técnico necessário para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão, ainda, ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- Passagens e diárias quando necessárias à realização dos produtos previstos;
- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias para a discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- Apoio da equipe técnica do FNDE para leitura do documento, críticas e sugestões;
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

6 - PROCESSO SELETIVO

A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada por, preferencialmente, no mínimo, 3 (três) participantes, sendo 1 (um) servidor do FNDE da área demandante, 1 (um) servidor do FNDE da área de pessoal e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas:

6.1 Análise curricular:

- a) Os interessados deverão realizar o cadastro dos currículos na plataforma Roster (<https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>) e submeter sua candidatura na plataforma nas datas previstas no edital.
- b) Somente serão aceitos currículos submetidos em português do Brasil;
- c) Serão desconsiderados os currículos remetidos em desacordo com estas exigências e/ou fora do prazo estipulado no edital.
- d) Não serão aceitos currículos enviados por e-mail ou outro meio que não seja via plataforma Roster.
- e) Candidaturas encaminhadas tempestivamente via plataforma Roster serão analisadas pela Comissão de Seleção. Serão encaminhados para a etapa de entrevistas até o dobro de candidatos em relação ao número de vagas ofertadas; salvo se houver empate nesta fase, caso que poderá ser entrevistado além do dobro;
- f) A análise curricular valerá até 70 (setenta) pontos, que serão distribuídos conforme Tabela com critérios de avaliação deste edital.

6.2 Entrevista:

- a) Participarão da fase das entrevistas os candidatos que obtiverem a maior pontuação da etapa da análise curricular. Serão entrevistados até o dobro de candidatos em relação ao número de vagas ofertadas; salvo se houver empate, caso que poderá ser entrevistado além do dobro;
- b) A habilitação para o candidato seguir para a etapa de entrevista é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 49 pontos da análise curricular;
- c) As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;
- d) As convocações para as entrevistas serão realizadas pelo e-mail que constar no currículo cadastrado na plataforma Roster;
- e) A entrevista valerá até 30 (trinta) pontos, os quais serão somados ao total obtido pelo candidato na fase de pontuação do currículo;
- f) A Comissão avaliará, dentre outros, o domínio do candidato em relação ao objeto da consultoria, sua desenvoltura na articulação de temas e ideias, o conhecimento técnico, fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, bom relacionamento interpessoal, assim como a capacidade para trabalho em equipe. Além disso, será observado o interesse especial no trabalho desenvolvido pelo FNDE/MEC, no tocante às políticas de melhoria da educação nacional.

6.3 Análise documental/convocação:

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas de Análise Curricular e Entrevista, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;
- b) A habilitação para fins de contratação é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70 pontos do total somados nas etapas de Análise curricular + Entrevista, não podendo o candidato zerar a fase de entrevista;
- c) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;

- d) Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deverá ser formalizado imediatamente à comissão de seleção;
- e) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis” conforme o tópico “Requisitos mínimos de Qualificação”.
- f) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- g) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- h) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- i) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- j) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;
- k) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

6.4 Critérios de desempate final:

Caso haja empate entre os candidatos após a entrevista, deverão ser considerados para o desempate, os critérios elencados abaixo, na exata ordem a seguir:

- a) O candidato que tiver obtido a maior pontuação na experiência de atividades relacionadas à prestação de contas de programas e projetos educacionais;
- b) O candidato que tiver obtido a maior pontuação na experiência no acompanhamento de programas e projetos relacionados à implementação de políticas públicas educacionais, no âmbito da Administração Pública Federal.
- c) O candidato que tiver obtido a maior pontuação na Entrevista.

7 – REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação ou que tiverem contratos vigentes de consultoria (ou em período de interstício para nova contratação²) com algum organismo internacional não serão considerados para o processo de avaliação.

A qualificação desejável está especificada e seguirá os critérios apresentados na tabela com

² Regras para Interstício, conforme a Portaria MRE nº 8, de 04.01.2017:

- 90 dias para contratação de consultores pela modalidade Produto para um mesmo projeto;
- 45 dias para contratação em projetos diferentes, executados pelo mesmo órgão ou entidade executora;
- 30 dias para contratação para projetos executados em diferentes órgãos ou entidades executoras.

critérios de avaliação.

A experiência profissional poderá ser comprovada por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho.

7.1. Obrigatórios:

- a. **Formação Acadêmica:** Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área do conhecimento, fornecido por instituição de ensino superior.
- b. Certificado de pós-graduação em nível de Especialização em qualquer área do conhecimento, certificado por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
- c. **Experiência profissional:** mínima de 03 (três) anos no acompanhamento de programas e projetos relacionados à implementação de políticas públicas educacionais, no âmbito da Administração Pública Federal.
- d. **Experiência profissional:** mínima de 03 (três) anos em atividades relacionadas à prestação de contas de programas e projetos educacionais.

7.2. Desejáveis:

- a. **Experiência profissional** mínima de 3 (três) anos no uso de sistemas informatizados do Governo Federal relacionados à gestão e acompanhamento de programas, projetos e atividades educacionais.

8 – TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Critérios de Avaliação Técnica – Pessoa Física

Qualificação e Experiência				
1	Formação acadêmica	Obrigatório Diploma conclusão de curso de graduação de nível superior e certificado de conclusão de pós-graduação em nível de especialização, devidamente registrados, em qualquer área do conhecimento, fornecidos por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.	[100%] 10 pontos: Doutorado; [85%] 8,5 pontos: Mestrado; [70%] 7 pontos: Pós-graduação em nível de Especialização	10
2	Experiência profissional	É obrigatório que possua experiência profissional mínima de 03 (três) anos no acompanhamento de programas e projetos, relacionados à implementação de políticas públicas educacionais, no âmbito da Administração Pública Federal.	[100%] 20 pontos: 5 ou mais anos de experiência; [85%] 17 pontos: 4 anos de experiência; [70%] 14 pontos: 3 anos de experiência;	20
		É obrigatório que possua experiência profissional mínima de 03 (três) anos em atividades relacionadas à prestação de contas de programas e projetos educacionais.	[100%] 30 pontos: 5 ou mais anos de experiência; [85%] 25,5 pontos: 4 anos de experiência; [70%] 21 pontos: 3 anos	30

			de experiência.	
		É desejável experiência mínima de 3 (três) anos no uso de sistemas informatizados do Governo Federal relacionados à gestão e acompanhamento de programas, projetos e atividades educacionais.	[100%] 10 pontos: 5 ou mais anos de experiência; [85%] 8,5 pontos: 4 anos de experiência; [70%] 7 pontos: 3 anos de experiência.	10
3	Entrevista	Apresenta cordialidade, polidez, atenção e objetividade	[100%] 8 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 6,8 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 5,6 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	08
		Expressa-se bem, possuindo boa fluência verbal, clareza na exposição de assuntos/argumentos e capacidade de raciocínio.	[100%] 10 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 8,5 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 7 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	10
		Domina os assuntos relativos ao objeto da contratação prevista no TR.	100%] 10 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 8,5 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 7 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	12
TOTAL				100

9 – RECURSOS E QUESTIONAMENTOS

Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados aos responsáveis, conforme orientações e ordem indicados a seguir, observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei 9.784 de 1999:

a) O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;

b) A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou

questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

10 – DISPOSIÇÕES GERAIS

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.

11 – LOCAL DE TRABALHO: Brasília, DF.